

ESPAÑA (GÊNESE DE UMA REVOLUÇÃO): A ARQUEOLOGIA DA ESPAÑA EM ARMAS

*ESPAÑA (GÊNESE DE UMA REVOLUÇÃO): THE ARCHAEOLOGY OF THE
INSURGENT SPAIN*

Antón Corbacho Quintela (UFG)*

RESUMO: No outono de 1937, o escritor galego – espanhol – Álvaro de las Casas, recém chegado ao seu exílio no Brasil, publicou, no Rio de Janeiro, o ensaio *Espanha (gênese de uma revolução)*. Tratava-se da apresentação, perante os possíveis leitores brasileiros interessados em conhecer as causas da Guerra Civil espanhola, de uma detalhada reconstrução dos fatos que desembocaram no enfrentamento fratricida entre espanhóis. Com tal propósito, o autor remontou-se à desestruturação da sociedade espanhola provocada pela invasão francesa de 1808. O que se pretende neste artigo é dar visibilidade a um texto que, com acerto, acabou prognosticando, no Brasil, que o conflito entre as duas Espanhas só acabaria quando um dos dois bandos conseguisse exterminar, sem assomos de piedade, o contrário.

PALAVRAS-CHAVE: Álvaro de las Casas. Guerra Civil espanhola.

ABSTRACT: In the Autumn of 1937, the Galician-Spanish writer Álvaro de las Casas, who had just arrived in Brazil as an exiled, published in Rio de Janeiro the essay *Espanha (gênese de uma revolução)*. The book was a presentation to the Brazilian readers who wanted to have an explanation about the beginning of the Spanish Civil War, of a detailed reconstruction related to the problems that had generated the fratricide fight between Spaniards. With that purpose, the author mentioned as the first reason of the chaos, the decomposition of the Spanish society caused by the French invasion in 1808. Thus, the foremost purpose here is to enlighten a text that, with success, prognosticated, in Brazil, that the conflict between the *two Spains* would only finish when one of the two parts could be able to exterminate the other, without any kind of mercy.

KEYWORDS: Álvaro de las Casas. Spanish Civil War.

* Doutor em Filologia Galega pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Professor efetivo de literaturas em língua espanhola da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (FL/UFG). E-mail: corbaq@letras.ufg.br.

Em 1937 o professor secundarista espanhol – galego – Álvaro de Las Casas (1901-1950) publicava, no Rio, na editora A Noite, o ensaio *Espanha (gênese de uma revolução)*, com dedicatória a João de Barros. Trata-se da primeira das obras publicadas por Álvaro de Las Casas no Brasil, onde chegara fugindo da Guerra Civil espanhola. Ele data esse ensaio em Petrópolis, aos 6 de março de 1937. Em um prólogo intitulado Confissão, Álvaro de Las Casas justifica a composição da obra pela estima que sente pelos amigos que lhe pediram que a compusesse.

Nesse prólogo esclarece que o intuito do livro era a exposição da gestação dos motivos que fizeram com que na Espanha estourasse a guerra civil, visando, assim, evitar que esse conflito pudesse ser entendido como um enfrentamento entre “enlouquecidos ou criminosos caídos na mais infesta perversão” (CASAS, 1937, p. 9). Las Casas declara que procurou se manter imparcial na exposição dos fatos, mas que não lhe foi possível evitar a paixão ao comentar o drama de sua pátria. O autor pede àqueles leitores que conheciam a Espanha que se esforçassem para compreender a caos da Espanha e diz-lhes que não a deixassem de amar nessas horas de aflição. Para os que não a conheciam, diz o seguinte:

Se nunca passaste as nossas fronteiras, prossegue imaginando – através desta fumaça de pólvora e deste pestilento cheiro de mortos – que a Espanha é um país belo e bom, sentimental e generoso, doente, talvez, mas da sublime loucura de querer dar novos rumos aos astros” (idem, ibidem, p. 13-14).

O autor desculpa-se por algum lapso que possa haver na sua obra, pois toda ela foi composta de cor, sem auxílio bibliográfico, e expressa que ele deseja que, no Brasil, não se projete o fado que atingiu a Espanha.

No final do livro, no “Triste epílogo de um livro e nebulosa profecia de uma época”, Las Casas informa que a sua exposição, no seu ensaio, dos fatos que levaram a Espanha à Guerra Civil era encerrada nove meses após o início dessa luta armada e ele diz que calculava que a guerra duraria ainda muito, pois a paz era impossível e inimagináveis eram o afeto, a benevolência ou a compreensão entre os adversários, só se podendo terminar o enfrentamento quando um dos exércitos estivesse totalmente esmagado. Segundo Las Casas, a vitória só seria garantia de uma paz duradoura se a prolongação da guerra deixasse esgotados os vencedores e eliminasse o menor indício dos vencidos. Prognostica, em consequência, que o resultado seria: “cidades arrasadas, tesouros únicos de arte perdidos para sempre, toda a sua economia destroçada para cinquenta anos e um milhão e meio de mortos” (idem, ibidem, p. 229). Assevera que, perante o conflito, ele era imparcial e que não reconhecia possibilidades de triunfo em nenhum dos dois bandos, embora cresse

que era lógico que vencessem os *nacionalistas* (franquistas), “porque o seu exército é mais disciplinado e regular, seus comandos mais técnicos e hábeis, a massa que os segue mais apaixonada na sua fé e mais disposta ao sacrifício, e as ajudas com que contam mais decididas e largas” (idem, *ibidem*, p. 230).

Com independência da vitória de qualquer um dos frentes, a organização de um regime democrático e a garantia do respeito às liberdades ficariam, na opinião do autor, relegados por muito tempo da Espanha. Ele cria que, em qualquer hipótese, governariam as hierarquias; assim, encerrou a sua obra expondo que o governo de Franco, se esse general conseguisse ganhar a guerra, poderia tomar o modelo português idealizado por Salazar como um guia para superar as contradições entre fascismo e catolicismo.

O ensaio *Espanha (gênese de uma revolução)* está dividido em cinco capítulos. No primeiro – Patriotas e afrancesados –, Las Casas remonta à invasão napoleônica (1808-1814), o início do processo revolucionário que desembocou na Guerra Civil; isto é, segundo ele, a carnificina iniciada em 1936 era a consequência de 128 anos de conflitos e combates entre os dois bandos – os absolutistas e os liberais – em que se dividira a Espanha após a desestruturação do *status quo* absolutista gerada pela ocupação francesa.

Las Casas apresenta a história espanhola da primeira metade do séc. XIX como uma concatenação de enfrentamentos passionais entre bandos obcecados pela política e pela questão religiosa e alienados pelo militarismo, negligentes, no entanto, a respeito das que, então, eram, no seu parecer, as urgentes reformas administrativas e econômicas. Nesse sentido, ele pondera que nesse ambiente de instabilidade, o que primou foi a conquista do poder para, desde ele, destruir o adversário em lugar de se planejar a regeneração do país. Feita essa exposição, Las Casas lança uma pergunta retórica aos seus leitores:

Compreendeis um pouco a gênese de nossa revolução? Guerra, guerra implacável, desumana, selvagem, diante da qual a Europa estremece de horror e pede insistentemente um pouco de piedade, durante a qual os auxiliares estrangeiros do absolutismo têm de suplicar aos seus próprios aliados compaixão pela vida de suas vítimas. Sucede um período de trégua, porém mais cruel que o anterior, em que o punhal substitui a espingarda, a calúnia a bala, e a emboscada a batalha. Os generais e os políticos, cansados de correr pelos montes, preferem guerrear-se nas câmaras reais e nos corredores dos ministérios. Crises, crises, mais crises. Com a facilidade com que se muda de camisa, muda-se agora de bandeira, e com mais satisfação do que se conquista um reino, atraiçoa-se agora um partido. Apenas importa mandar, dirigir, figurar no governo, e todos querem organizar um grupo, despedaçando o mosaico político até o infinito. A ninguém lhe importa saber a sua filiação, senão estar perto dos grandes generais para ser utilizado na primeira oportunidade. Sem embargo, lá no fundo da consciência da Espanha, a oposição se mantém inflexível e disposta a recomeçar o seu duelo de morte. (*ibidem*, p. 68-69)

O ensaísta assinala que, em relação à política, a sociedade espanhola de meados do séc. XIX podia-se dividir em três planos "perfeitamente visíveis" (idem, ibidem, p. 79-81). O plano superior englobava os generais e os políticos profissionais; tratava-se de um plano "falto de toda ética, sem critério fixo, sem fé, sem ideal, sem convicção", em que os seus agentes só desejavam a consolidação em posições hierarquicamente vantajosas que lhes permitissem o aumento dos seus ordenados e o reconhecimento da sua autoridade. Como os integrantes desse plano almejavam, unicamente, o proveito, não se importavam com as imposturas e transitavam, segundo a conveniência, entre posições ideológicas, *a priori*, antagônicas. O segundo plano era o plano da veemência e do fanatismo ideológico e, em decorrência disso, da intransigência com os que opositoros, frente aos que só cabia a sua eliminação física. Formavam-no "os soldados, os escritores, os empregados, a classe média daquela Espanha", os quais, por sua vez, se dividiam em "direitistas" e "esquerdistas". Sobre eles diz Las Casas:

O direitoista entende que nem um só espanhol deixará de ouvir a sua missa diária, e que no dia em que a esqueça deve ser fuzilado; o esquerdistista considera que a Espanha não terá salvação ficando um padre vivo. Os dois são apaixonados, morbidamente parciais, doentes de loucura de mitos, incapazes de meditação serena e de observação repousada, e vêem só a aparência dos problemas, sem a calma necessária para se aprofundarem neles. Uns e outros ferem-se, mas não se matam. Ambos, só guiados pelas formas, resistem-se pensando nas soluções. (ibidem, p. 80).

O povo conformava o terceiro plano. Esse povo, ignorante e temperamental e, portanto, instável, preferia não se envolver nas lutas, pois só desejava que houvesse um governo capaz de manter a ordem para que se pudesse trabalhar. A partir da consolidação desses três planos, Las Casas achava que a marcha em direção a uma grande revolução muito dificilmente se poderia deter.

A situação em que se encontrava a Espanha ao expirar, em 1931, a monarquia *borbônica* foi analisada pelo autor no Capítulo III – Paisagem das Espanhas –. Nesse capítulo tentou mostrar como se produzira o novo acirramento entre as *duas Espanhas*. Nenhuma dessas duas Espanhas mereceu a admiração do autor:

Confessemos, primeiramente, que nenhuma das duas grandes metades em que se encontra dividido o povo se caracteriza pela dedicação ao estudo dos grandes problemas que inquietam o mundo, nem pela sua capacidade meditativa, nem pelo seu interesse pelas interrogações fundamentais que agitam a opinião pública do Estado. O comércio de livros é insignificante e apenas se mantém pela exportação para Portugal e para a América; há poucas revistas de cultura e estas não passam de número limitado de leitores; os grandes jornais não passam dos boatos políticos, muito rasteiros; tenho a impressão de que os grandes diários que durante muito tempo vêm concentrando a curiosidade das classes mais instruídas – *El Debate*, na direita, *El Sol*, na esquerda – estão longe de constituir um bom

negócio. Livros que se consideram de conhecimento imprescindível em matéria econômica, social, política ou religiosa, são pouco conhecidos em Espanha. Esclarecemos, contudo, que o nosso nível cultural ascendia nos últimos tempos, em projeção rápida e pujante, e que talvez fosse consequência do melhoramento operado em nosso ambiente universitário. (idem, ibidem, p. 150).

O ensaísta considera que, no séc. XIX, só houve na Espanha dois grandes teóricos, Jaime Balmes, a referência da direita, e Julián Sanz del Río, o principal intelectual das esquerdas. Dentro da intelectualidade da direita, a solução dos problemas da Espanha passava por recuperar e atualizar as referências do passado católico e imperial e, nos intelectuais da esquerda, passava por aproximar, desde o racionalismo e em democracia, a Espanha à vanguarda das nações modernas. Segundo o autor, os primeiros “veneram o P. Suárez” e os segundo “extasiam-se com Kant”:

Aqueles queriam a nossa juventude nas velhas universidades – Santiago, Salamanca, Alcalá... – vivendo austeramente uma vida de meditação sobre os grandes filósofos do tomismo, e estes a desejam investigando em ultramodernos arranha-céus, com o microscópio de um lado e do outro a raquete de tênis, para alegrá-la e fortalecê-la nas horas de repouso. (idem, ibidem, p. 152).

Em sua opinião, todos os integrantes desses dois blocos cometiam o grave erro de acreditar que a Espanha era um conjunto homogêneo e que todos os espanhóis respondiam a um mesmo perfil. Ele expõe que, com frequência, a asseveração de que havia diferenças entre os espanhóis derivadas da sua nacionalidade era julgada como um delito de lesa pátria. Nesse sentido, ele assinala que a teima de tentar impor a catalães, galegos, andaluzes, bascos e castelhanos uma mesma lei, uma mesma preocupação, um mesmo desejo, um mesmo idioma e um mesmo hábito era uma equivocação que impedia encontrar uma solução ao problema das Espanhas, pois “cada um tem a sua história, o seu perfil geográfico, a sua maneira de falar, o seu direito consuetudinário, a sua indumentária, a sua cozinha, a sua maneira de rezar e de cantar” (idem, ibidem, p. 157). Assim se tratando, na interpretação do autor, os problemas eram diferentes para cada uma dessas nacionalidades. Las Casas menciona que a produção artística distinguia claramente entre si esses núcleos e que os seus habitantes tinham psicologias às vezes divergentes, embora houvesse entre todos os espanhóis traços comuns: “loquacidade, arrogância, sentido romântico da vida, tara individualista, despreocupação econômica, hipersensibilidade amorosa, rudeza...” (idem, ibidem, p. 158). Para a compreensão da forma de ser dos espanhóis, Las Casas propunha observar quais eram as posições por eles ocupadas perante quatro controvertidos temas: a religião, a questão social, a vida econômica e o mundo político. A respeito do primeiro tema,

expõe que os espanhóis, na sua maioria, se identificavam com a religião católica, mas tratava-se de um catolicismo superficial, inconsciente e pobre:

O cidadão é católico, sim, julga uma ofensa que duvidem da sua fé, mas não vai à missa, e, quando vai, é por cumprir um dos muitos preceitos sociais em uso, não frequenta os sacramentos, não reconhece nas hierarquias qualquer autoridade religiosa, e gosta de conservar-se na mais completa e cômoda ignorância. (idem, ibidem, p. 160).

A falta de fé e o desconhecimento da teologia entre os católicos espanhóis contrastavam com o seu clericalismo, o amor aos templos e a fidelidade sectária por alguns santos. No tocante à “questão social”, o autor distingue, em primeiro lugar, entre a aristocracia velha – liberal, investidora em propriedades imobiliárias, desinteressada pela política e residente no estrangeiro – e a nova – ultraconservadora, investidora no comércio e na indústria, interventora em política e residente na corte –. Da burguesia comenta que propendia para as esquerdas, aspirava à conquista de qualquer emprego público e era covarde nos investimentos financeiros. Sobre a intelectualidade destaca a sua pouca eficácia, embora fosse honesta, austera e atilada. Ele culpou da escassa produtividade científica dos intelectuais à mistificação que neles provocava a sua intervenção na política.

A respeito do povo, Las Casas diferencia entre o rural – católico, fanaticamente religioso, individualista e monárquico –, relutante, portanto, para se incorporar em associações de classe, e o citadino ou proletário – ateu, anti-clerical, socialista e republicano –, mas matiza que todos os seus integrantes são “sentimentais, pouco apegados a vínculos familiares e de reação política vagarosa e desconfiada” (idem, ibidem, p. 167). Ao expor as características da vida econômica dos campos sociais da Espanha, Las Casas mantém a mesma segmentação entre o operariado. Do operário rural diz que carecia de terras próprias e era mal pago; sobre o operário da cidade expressa o seu desprezo. Dele comenta que ganhava bem, mas que não sabia aproveitar as boas condições de existência de que desfrutava:

O operário da cidade ganha muito – na indústria paga-se melhor que nas profissões liberais – e vive mal porque não quer viver melhor, ou mais exatamente – não sabe, e ganha uma diária de 5 a 20 pesetas. É pretensioso, ousado e desprevenido. Sua ignorância leva-o a combater as leis sociais mais humanitárias e a desprezar os diversos seguros – maternidade, acidentes, doenças, invalidez, desemprego, etc. – que o estado tem de tornar obrigatórios contra a opinião dos próprios beneficiados. Pode dispor de uma boa vivenda, mas nela imperam mau gosto e o desconforto; pode vestir bem, mas não sabe distinguir o fato de trabalho do de passeio; pode instruir-se, mas prefere as diversões. (idem, ibidem, p. 167-68).

Las Casas não oferece dados concretos sobre a economia da Espanha. Limita-se a destacar que, apesar das riquezas do país, a sua economia era pobre, desarticulada e anarquizada por não se terem atrevido, os diversos governos, a empreender as reformas necessárias. Ele acusa a burguesia de temerosa para os investimentos e comenta que o sistema tributário era injusto por favorecer os privilegiados. Na *mecânica* da política diz que o povo, apesar de todas as liberdades, igualdades e fraternidades, não significava nada, votando, o operário do campo, a quem o seu patrão lhe ordenava, e, o operário da cidade, a quem lhe indicavam os dirigentes sindicais.

Las Casas relata no capítulo IV – Batalha entre covardias – como ele assistiu, aos 14 de abril de 1931, à proclamação da SEGUNDA República Espanhola. Ao principiar o ano de 1931 ele fora convidado a ministrar uma palestra, intitulada O penúltimo rei de Portugal, na aula magna da Universidade de Santiago de Compostela. Ele diz que percebera que, entre os estudantes, o ambiente era revolucionário e que, em Compostela, o ambiente era denso e ameaçador. De fato, pouco depois os estudantes entraram em greve e advertiram que só voltariam às aulas quando o rei Alfonso XIII abdicasse. Las Casas detalha como, na primeira quinzena de abril de 1931, ele viu a movimentação da sociedade galega. Assim, menciona que, no dia 5 de abril, “toda a Galiza era uma caldeira em ebulição; o mais prudente daria a vida pelo triunfo dos candidatos republicanos. Os monárquicos iam à luta sem fé, seguros da derrota e de antemão não muito contrariados pelo desfecho” (idem, *ibidem*, p. 180). Do dia 12, o dia da votação, salienta a preocupação e, inclusive, o remorso que se percebia nalguns olhares, e a atmosfera de medo:

O medo abrangia a todos, um medo frio, intenso, desorientado – medo de que triunfassem os monárquicos e de que vencessem os republicanos, medo da hora que vinha. Se naquela tarde fosse possível, penso que muito poucos espanhóis deixariam de votar pela nulidade das eleições, demorando para mais tarde a decisão sobre a sorte da monarquia. (idem, *ibidem*, p. 181).

Do dia 13, ele sublinha a inquietude vivida, e diz que sentia que “não havia nervos capazes de suportar a tensão”. Nesse dia, a recepção e a distribuição de notícias nas redações dos jornais eram constantes, pois as agências de notícias, onde os funcionários eram quase todos republicanos, funcionaram como elo perfeito com as agências da capital. Na noite desse dia, na apreciação de Las Casas, o desassossego tomou conta de Santiago de Compostela pelo medo dos monarquistas de serem assassinados pelos republicanos e pelo medo dos republicanos da reação monarquista, de tal forma que a tolerância e a cortesia com os adversários foi um fingimento. A atmosfera de tensa calma pode ter parecido uma demonstração de compreensão entre as partes enfrentadas, mas, na opinião

de Las Casas, em nenhum momento houve nem verdadeiro respeito nem estima entre os bandos. Porém, o arrebatamento dos jornais em favor dos vencedores nas cidades das eleições, a convicção de que a República era uma realidade inegável e a notícia da retirada do rei acabaram enchendo Santiago de alvoroço. Proclamada a República, o autor pondera que os primeiros dias do novo regime caracterizam-se pelas discussões e pela desorientação a respeito de quais projetos aplicar para reorganizar o país, criando-se, com isso, um campo de lutas pelo controle do poder republicano. Entre os grupos formados, Las Casas diferencia, nos republicanos, os velhos republicanos e os que fizeram recentemente profissão de fé republicana. O início das desordens é assim relatado:

Alguns jovens que se julgam elegantes, que nem tiveram a galhardia de se despedir do rei, nem o cavalheirismo de defendê-lo, que a 12 de abril deram o seu voto aos candidatos republicanos e a 14 se esconderam, aterrorizados, na casa das avós, organizam em Madri uma pequena festa monárquica, que se julga um desafio à cidade, já sossegada e calma. São os eternos “gran-finos” de todos os tempos e de todos os climas, que, vítimas da obsessão da notoriedade, querem atingi-la a todo preço, sem se incomodar de que em seus gestos desvairados possam ser comprometidas as causas mais sérias e respeitáveis. O povo, perante a provocação, reage violentamente, mas não contra eles, nem contra o que eles representam – que é o postigo e pernicioso, cousa assim como o musgo na rocha virgem – mas contra a vítima de todos os nossos tumultos liberais – a Igreja. E lá vão as turbas, violentas, desgrenhadas, enlouquecidas, queimando à vontade igrejas e conventos.

Então, percebe-se um, fenômeno tipicamente espanhol, e é que os cidadãos tidos em justiça por mais conservadores, monárquicos e religiosos, em vez de reagirem e se organizarem na defesa violenta ou legal dos seus interesses e crenças, passam apressadamente a avolumar a manifestação vitoriosa, disputando entre si a primazia de avançado e revolucionário. Todos os chefes galegos figuram, a partir de então, nos partidos da extrema esquerda e, é claro, na maior parte da Espanha os candidatos direitistas nem se apresentam às eleições para as Cortes Constituintes. Os poucos que se afoitam a tal audácia, verificam logo que não contam já com a assistência e o apoio dos mais obrigados a prestar-lho. (idem, *ibidem*, p. 187-89).

Na sua visão, a vitória das esquerdas fora, em grande parte, consequência da interesseira, e covarde, retirada das direitas ou, inclusive, da envergonhada passagem destas a partidos republicanos ou à esquerda avançada, tendo havido poucas incorporações aos partidos republicanos conservadores. Essa inação por parte dos elementos equilibrados da direita, que julgavam morta para sempre a monarquia, permitiu a renovação da perseguição à igreja. O que o ensaísta considera mais grave foi o perfil do conjunto dos escolhidos para as Cortes constituintes republicanas. Las Casas sopesa que, entre eles, não havia estadistas, nem técnicos, nem moços universitários ilustrados e esperançosos. O sistema eleitoral é visto por Las Casas como incompreensível e absurdo, pois permitia que os piores ascendessem e que eles, uma vez no poder, desdenhassem dos técnicos mais

exímios e favorecessem os mais indesejáveis desde que arranjassem uns centos de votos, ficando postergado o grande problema de salvar para sempre a Espanha. O resultado foi a formação de três grupos políticos diferentes, mas igualmente desorientados, e igualmente fracos. O autor observa no novo regime a repetição de procedimentos que caracterizaram o enfrentamento entre conservadores e liberais desde a invasão francesa. Por um lado, ele percebe que se mantinha entre os militantes a estratégia de renegar dos princípios de um partido, abandonando o chefe político, quando se julgava perdida ou remota a vitória, e de transfugar para o bando oposto que, em consequência, acabava fragmentando-se ao passar a albergar posicionamentos díspares. Por outro lado, ele frisa que a falta de autoridade e de poder continuava impedindo que as agrupações políticas exercessem um poder centralizado:

Por outra parte, a pequena impúbere república, para não desmentir o hábito que domina entre os liberais espanhóis, vê-se sujeita à tutela – absurda, nefanda e maldita – dos comitês locais, onde sempre impera a decisão dos mais audaciosos, e ninguém, nem o próprio chefe do governo, tem autoridade para libertar-se deles reduzindo-os às suas mínimas e naturais proporções. São os tais comitês que, desde 1808, se dispersam, lívidos de pavor, na hora adversa, e que, no momento propício, tudo querem dirigir e arranjar, dificultando, entorpecendo e malogrando toda obra útil e perdurável de governo. (idem, *ibidem*, p. 191-92).

Na análise da estrutura do poder na Segunda República, Las Casas detém-se no poder municipal, no provincial e no central. Sobre os vereadores eleitos para as câmaras municipais aos 12 de abril, diz que eles só foram escolhidos pela demonstração do seu entusiasmo republicano; o ensaísta acreditava, no entanto, que eles atuaram como administradores honestos. Apesar de terem governado bem, ele é do parecer de que foram torpes por não terem sabido inovar na concepção de gestão municipal e comenta que o trabalho deles poderia ser mais valorizado “se, em vez de consertar praças e abrir ruas novas, tivessem organizado caixas de trabalho, concertos públicos frequentes, cursos de conferências, museus locais, breves viagens de estudo e excursões agradáveis para os alunos mais aplicados das escolas, etc.” (idem, *ibidem*, p. 194).

Sobre os governadores provinciais Las Casas coloca a responsabilidade do fracasso da Segunda República. Retrata-os como gestores inábeis, ávidos pela ampliação da sua corte de adeptos a qualquer custo, medíocres na sua visão da política, revanchistas, submetidos às diretrizes dos comitês republicanos. Considera-os burocratas que delegavam a sua responsabilidade em comissões que nada resolviam; diz que o principal mérito deles era o de se haverem esforçado no período revolucionário em espalhar folhas clandestinas. Aos ministros acusa-os pela sua falta de aptidão, ou por serem velhos e estarem cansados para peitar os novos retos, ou por serem demasiado jovens e inexperientes. Segundo o

autor, nas Cortes – o Congresso Nacional –, os deputados bem preparados eram condenados ao silêncio pela animadversão da turba parlamentar, soez e soberba, e os deputados utópicos investiam o seu tempo na apresentação verborrágica de teorias inaplicáveis à realidade espanhola. O desfecho desse panorama foi a desilusão que a Segunda República Espanhola causou entre os jovens:

A Espanha sã e autêntica, a Espanha jovem a confiante, que acreditou na solução de todos os seus grandes problemas, não tarda em mostrar fadiga, tristeza, desalento, mágoa, desilusão. Não sobrevém um final catastrófico, porque todos têm medo, e a covardia salva a todos” (idem, ibidem, p. 196).

O autor expõe que se poderiam ter implementado as reformas necessárias sem ferir as suscetibilidades das oposições, pois as soluções estavam claras, mas crê que faltou valor. Criara-se uma situação grave porque a propaganda republicana mostrara ao povo os vícios da administração pública no regime monárquico e, uma vez proclamada a Segunda República, nada se fazia para emendar a situação denunciada, pelo qual o povo se indignava e protestava, sentindo-se enganado. Oferecendo o seu parecer acerca do que deveria ter sido mudado na instrução pública, Las Casas aprofunda o seu exame dos erros cometidos pelos governos da Segunda República. Diz que os seus comentários pormenorizados amparam-se no conhecimento que ele tinha do âmbito do ensino e matiza que o Ministério de Instrução Pública foi o que mais e melhor trabalhou no primeiro período republicano (1931-1933). A sua visão sobre a ineficácia das reformas da educação básica e universitária na Segunda República é a seguinte:

Sobram universidades em Espanha. Só cinco – Madri, Barcelona, Santiago, Sevilha e Granada – estariam muito melhor dotadas e as necessidades do país cobertas com excesso. Mas a reforma melindraria meia dúzia de cidades, e o ministro acovardou-se.

Cada universidade devera estar completa com todas as faculdades e voltar ao antigo privilégio, usual em todo o mundo, de colação de graus doutorais, mas a reforma era demasiado atrevida e o ministro preferiu que tudo continuasse como nos tempos de Isabel II.

Boa parte dos professores merecia imediata demissão – por incapacidade, forma ilegal do ingresso, pelo não cumprimento do dever – mas o ministro não teve coragem para a revisão, que teria remoçado o ensino, tornando-o de verdade prestigioso e fecundo.

O sistema de concurso para preencher cátedras era absurdo, antiquado, nocivo, antipedagógico, mas o ministro teve medo a renová-lo radicalmente, e inventou um processo pelo qual um certo número de professores ainda hoje está em condições de interinidade.

Sobravam ginásios, mas o ministro teve medo a reduzi-los; seu professorado necessitava ser unificado, mas o ministro *arreceou-se* de certos professores, e tudo ficou interino; precisava um plano de estudos único e bom, que foi elaborado pelo ministro, mas consentiu que continuassem em vigor os antigos – sete ou oito planos – e a anarquia acentuou-se, dificultando muito mais uma solução duradoura.

Precisava-se de um novo e eficaz regulamento de disciplina escolar, mas o ministro acovardou-se ante os estudantes e preferiu que continuasse em vigência o atual, que castiga o delito de fumar e não dá possibilidade aos reitores de exercer verdadeiramente a sua autoridade.

No ministério imperavam uns poucos empregados com mais autoridade que os ministros, funcionários caprichosos, intrometidos e subordinados que todos nós, professores espanhóis, poderíamos citar pelos nomes.

O ministro sabia-o, mas receou-lhes os ódios e preferiu calar.

Leis antiquadas, que felizmente em nenhum centro se cumprem, continuaram em vigor, e a jovem república não teve coragem nem para derrubá-las nem para fazê-las cumprir, se as julgava boas; hábitos vergonhosos, que não deviam ser tolerados, mantinham-se normalmente, porque o ministro não se atrevia a corta-los pela raiz. Os moços, que durante a monarquia clamavam às portas das aulas, lamentando que o nosso ensino fosse o pior organizado da Europa, perguntavam, entristecidos, meses depois da revolução: – para isto atiramos o rei pelas escadas? (idem, ibidem, p. 198-201).

A covardia foi a responsável, na opinião de Las Casas, pela inação republicana. Ele assinala uma série de âmbitos em que foi covarde, e portanto imoral e perigosa, a gestão republicana (a solução dos problemas na Companhia Telefônica, a depuração de responsabilidades no regime republicano, as negociações com o governo da Catalunha, a substituição dos comandos militares e a conseqüente reorganização do exército, a reforma agrária). Apesar de serem assinalados os erros, nada se fez para os emendar, com o qual se propagou o desalento e justificaram-se o protesto e o rancor. Nesse sentido, Las Casas cita Ortega y Gasset para expressar que a Segunda República adquirira um perfil árido e triste. Inclusive, enuncia que “A república de fato é o regime mais grosseiro que qualquer espanhol podia imaginar” (idem, ibidem, p. 207), porque todas as medidas tomadas pelo poder público, ocupado por homens acovardados, ou foram decididas sob a pressão de ameaças, ou foram reações violentas tomadas pela autoridade ressentida, ou consistiram em reformas parciais e tímidas que não solucionaram os problemas, decepcionando os demandadores de mudanças e irritando, mas não submetendo, os afetados pelas reformas, cuja reação, porém, foi provocada.

O autor expõe que os dois segmentos mais decepcionados foram o dos *autonomistas* – federalistas – e o dos estudantes, já que ambos eram as forças mais poderosas que propiciaram a Segunda República. Com os primeiros fizera-se o compromisso, mediante o *Pacto de São Sebastião*, de que a Segunda República, em primeiro lugar, permitiria a orientação federativa para a administração do Estado espanhol; em segundo lugar, autorizar-se-ia, por um lado, o ensino da língua materna – basco, catalão, galego – na educação básica e a sua co-oficialidade com o espanhol, e, por outro, o ensino da história, geografia e literatura de todas as regiões. Contudo, essas promessas não se materializaram em decisões políticas.

O desencanto dos estudantes deveu-se ao fato de que nenhuma das aspirações deles fora satisfeita. Essas aspirações eram a contratação de um corpo docente capacitado, a melhora das instalações universitárias, a criação de um plano de bolsas, o aumento das viagens de estudos, a reforma e ampliação de bibliotecas e museus, a concessão de ajudas para publicar e expor, a oferta de concertos e exposições e a construção de residências universitárias. Mas, segundo o autor, as diretrizes e a praxe do regime monárquico no ensino prolongaram-se, em geral, nas atuações da Segunda República, havendo-se esvaído pela covardia e pela corrupção as poucas medidas tomadas para a reforma do ensino universitário.

Se, para Las Casas, o primeiro biênio republicano foi uma fraudulência, a gestão da direita (1933-1936) é qualificada por ele como igualmente desastrosa. A covardia das direitas é vista por Las Casas também nas esquerdas que, quando fizeram estourar a revolução aos 5 de outubro de 1934, não se atreveram a proclamar que se tratava de uma revolução social e decidiram também não atacar as altas representações do Estado, apresentando a insurreição como um protesto contra o acesso das direitas ao governo. Por sua vez, a repressão dessa revolução é retardada pelo governo por covardia, já que tinha medo de perdoar e de castigar, e medo de afrontar o problema ou de desdenhá-lo. Assim, Las Casas aponta que o problema da Espanha estava no impasse criado, por um lado, pelo pavor que sentiam as esquerdas perante a coordenação de uma sublevação total que pudesse derivar no seu esmagamento pela direita e, por outro, pela hesitação de umas direitas assustadas que não se decidiam a aprovar a legislação que lhes permitisse aplicar medidas de *salvação nacional*. Las Casas creu que o enfrentamento total só aconteceria quando uma das partes se sentisse suficientemente forte para extinguir a outra. Nesse sentido, ele diz que estava convencido de que uma das duas partes necessariamente havia de morrer, porque não eram possíveis o entendimento e o pacto, e a reconciliação.

Na diagnose de Las Casas, antes de julho de 1936, quando estourou a Guerra Civil, nem a direita nem a esquerda acumularam a necessária fortaleza para se lançar à destruição do inimigo, e isso se devia ao histórico caráter fraco e instável do militante espanhol:

O direitista é católico com a sua fé morta, conservadora com bem pouca cousa que conservar, monarquista sem estimar o seu rei; se não fosse por vergonha, muita vez teria bandeado para o inimigo. O esquerdista ama o operário só de longe e literariamente; tem a sua pequena fortuna e está disposto a defendê-la a tiros; é anticlerical, porque o abade da freguesia é seu inimigo, e milita em tal partido porque os seus rivais em profissão militam no contrário; se não fosse por medo das zombarias, de boa vontade figuraria entre os conservadores. (idem, ibidem, p. 214-15).

À juventude, a decepção com os partidos moderados – *os partidos intermédios* – da Segunda República e a falta de confiança na solução dos problemas da Espanha mediante uma restauração monarquista não deixaram outra opção senão a forja de *um terceiro caminho* por meio do fascismo ou do comunismo – os dois núcleos revolucionários autênticos –, ao qual só se poderia aceder conquistando o poder através da ação direta revolucionária sem contemplações. A aceleração do processo de destruição da Segunda República provoca a torpe política de gabinete Lerroux-Gil Robles, da direita, que fará com que, em 1936, volte ao poder a esquerda – a Frente Popular – com Manuel Azaña (“antigo e desconhecido funcionário público no ministério da Justiça, e escritor dos mais cuidadosos e perfeitos da Espanha, destacara-se no governo por uma qualidade: caráter” (idem, *ibidem*, p. 216)). Las Casas aprecia o talento de Azaña e opina que se poderia ter amparado a Segunda República caso ele se tivesse atrevido a governar, desde a Presidência da República, como ditador. A última oportunidade para fazer uma *Nova Espanha* teve-a o governo da Frente Popular vitoriosa nas eleições de 16 de fevereiro de 1936, mas a escolha de Casares Quiroga – “o político mais odiado pelas direitas” – para presidir esse governo sancionou o desastre imediato. A protelação dos estatutos de autonomia basco e galego [as constituições estaduais], o inábil afastamento dos mandos militares presumivelmente sediciosos e o passar do tempo sem que se implementassem as necessárias reformas acirraram as forças extremas de política, ficando frente a frente os extremos das duas Espanhas para a guerra definitiva. De um lado, as forças proletárias, do outro, os fascistas; o início dessa guerra é assim explicado por Las Casas:

Primo de Rivera e Largo Caballero estão frente a frente com as suas pistolas prontas: o demais não importa. Lerroux, Gil Robles, Goicoechea, Martínez Barrio, Samper, Albornoz... não são no grande duelo nem testemunhas, mas apenas a paisagem que dá fundo ao drama. De juiz de campo atua Casares Quiroga, que julga que tudo se poderá arranjar com um mau discurso feito em gritos e com quinhentos guardas nas ruas. O povo está consternado. Todos os dias, tumultos, tiroteios, prisões e atentados. Os dois exércitos estão à vista um do outro e as guerrilhas já entraram em atividade. As duas Espanhas encontraram-se depois de cento e vinte e cinco anos, para destroçar-se sem piedade. Ainda se pode salvar o momento, ainda se poder aplacar os ânimos, e, talvez pela aproximação dos adversários, iniciar uma reconciliação. Mas o governo – Casares Quiroga – que não tem autoridade, nem prestígio, nem meios de defesa, e que nem consegue ver que todos os organismos do Estado lhe são hostis e que lhe falharão na primeira investida, comete a insensatez de declarar-se beligerante e de consentir – não me atrevo em consciência a dizer outra cousa – o brutal assassinato de Calvo Sotelo, realizado em circunstâncias que dariam nojo a qualquer país civilizado do mundo. Corre por toda a Espanha um estremecimento de horror. Para as direitas já não há meio termo – ou defender a vida a tiros ou deixar-se matar como ratos. Para muitos homens da República, a conclusão é tremenda – em vez disto, é preferível o caos. Em ambos os bandos ordena-se a mobilização

geral. A esquerda treme que a reação direitista a destrua; a direita teme morrer no mais espantoso massacre. Agora ou nunca, pensam os decididos. Adiantaram-se os sucessos e a 17 de julho de 1936 o general Franco subleva-se com todo o exército da África. (ibidem, p. 225-28).

A visão de Las Casas sobre a gestação da contenda espanhola chegou aos leitores brasileiros quando nenhum dos frentes tinha uma vantagem decisiva. Mencionamos que o autor datou a obra aos 6 de março de 1937. Aos 12 de maio desse ano publicou o jornal carioca *A Noite* o que parece ser a primeira resenha da obra (“Esquema luminoso do formidável conflito”). Surpreende a rapidez com que Las Casas escreveu um livro de 237 páginas e surpreende a rapidez com a qual ele foi publicado. Além disso, a editora que, imediatamente após a sua entrega, publicou a obra – a editora *A Noite*, do Rio de Janeiro – era uma das mais prestigiosas a meados da década de 1930 no então Distrito Federal, o qual demonstra tanto o seu interesse e a sua confiança no lançamento de um ensaio com essa temática, elaborado por quem era, nesse momento, um autor desconhecido no Brasil, quanto a efetividade da rede de relações com agentes do campo intelectual que possuía o ensaísta.

Las Casas chegara ao Brasil no começo de janeiro de 1937, o que indica que redigiu *Espanha (Gênese da revolução)* em apenas dois meses, sem, se fiarmo-nos na sua declaração, auxílio bibliográfico. Supõe-se que, durante os primeiros meses da sua estada no Brasil, Las Casas contou com suficientes apoios para se dedicar plenamente à composição de *Espanha (Gênese da revolução)* e da sua seguinte obra *Angústia das nossas horas*, datada também em Petrópolis, aos 12 de outubro de 1937, dedicada ao Dr. Sousa Baptista (“em prova de cordialíssima amizade”) e publicada ainda nesse ano, no Rio, pela editora Moura Fontes & Flores. O Brasil contou, pois, com um pormenorizado estudo sobre o começo de um conflito distante que se converteria no limiar da guerra total – a Segunda Guerra Mundial – que o acabaria envolvendo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CASAS, Álvaro de las. *Espanha (gênese de uma revolução)*. Rio de Janeiro: A Noite, 1937.

Recebido em 13 de novembro de 2009.

Aceito em 30 de novembro de 2009.